

AUTOR(ES): NATHÁLIA ELIETTE BARBOSA ROCHA e BRENDA ALYNE ALVES NOGUEIRA.

ORIENTADOR: WESLEY HELKER FELÍCIO SILVA

A CRISE E A ESPOLIAÇÃO DO FUNDO PÚBLICO NO BRASIL

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar a funcionalidade e as disputas sobre o fundo público no contexto de crise do capital. Vale ressaltar que o Fundo Público é um componente essencial para financiar as políticas sociais que, no bojo de uma relação contraditória entre as demandas do capital e as demandas das classes subalternas, a partir do contexto de crise, há uma tendência do seu desfinanciamento e, por isso, o aprofundamento da pobreza. Por conseguinte, este trabalho busca apreender o conceito de fundo público e analisar a intensificação da disputa sobre o destino da massa de recursos adquiridos a partir dos impostos, taxas e tributos incididos sobre a sociedade. No capitalismo contemporâneo, ele assume um lugar estratégico que se relaciona com os desdobramentos das contradições internas do desenvolvimento capitalista; ou seja, na medida em que o capital aparece como o próprio limite de si mesmo, no seu processo automático de valorização do valor, mais ele busca espoliar dos recursos do fundo público, destinados para garantir as condições civilizatórias da massa trabalhadora, através de políticas sociais, para inseri-los no processo de valorização. Por esse prisma que, desde o auge e crise do fordismo-keynesianismo, o fundo público assumiu uma funcionalidade cada vez mais estrutural, colocando em outro patamar a questão da reprodução social e, nela, a forma específica da distribuição da riqueza social, tornada possível de acordo com a produção social no capitalismo tardio. Este trabalho sintoniza-se com um desafio contemporâneo para o conjunto da sociedade brasileira, a saber, a compreensão e disputa pelos rumos do fundo público; por isso, sua relevância consiste em compreender o elemento central que tornou-se alvo do conflito distributivo no país.

Material e Métodos

Através do método crítico dialético buscar-se-á penetrar nas interconexões do fenômeno a ser pesquisado. Por isso, terá como suporte metodológico a pesquisa qualitativa, que parte da concepção de que o conhecimento se produz a partir da relação dinâmica entre sujeito e objeto. Nesse sentido, os dados serão recolhidos através da leitura de relatórios publicados pelos órgãos oficiais do governo e institutos de pesquisa, que vêm mostrando as tendências da arrecadação e dos gastos do governo brasileiro. Com isso, a pesquisa bibliográfica dará os subsídios teóricos para a análise dos dados obtidos, bem como para estabelecer o debate crítico acerca do objeto em questão. Espera-se, como resultado, demonstrar a tendência contemporânea do fundo público e lançar luzes sobre as possibilidades atuais de o Estado brasileiro garantir uma vida social mais civilizada, através da garantia das políticas sociais.

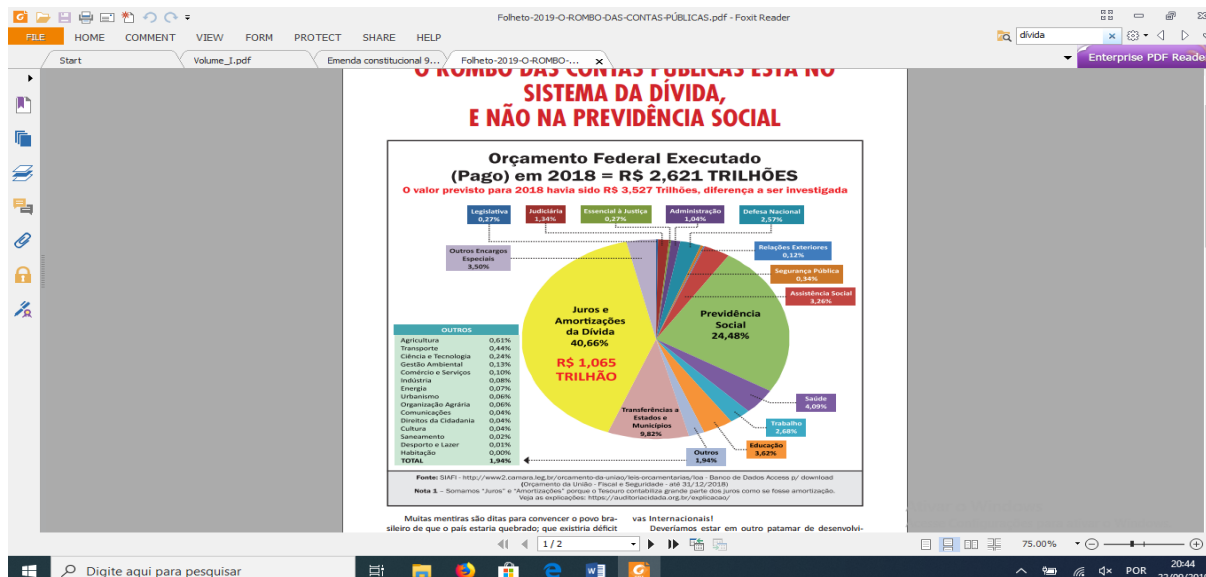
Resultados e Discussão

O fundo público é um mecanismo utilizado para compreender como se deu o processo em que o capitalismo perdeu a sua capacidade regulatória. De acordo com a ótica liberal esse processo de crise é decorrente de uma intervenção estatal, na qual o Estado torna-se o promotor do desenvolvimento econômico. Contudo, no contexto em que as demandas sociais tornam-se cada vez mais crescentes, o Estado é chamado a ampliar o espaço de destinação do fundo público, tendo em vista o processo de produção e reprodução do capital. Dessa forma, o fundo público é um componente estrutural ao capitalismo contemporâneo e insubstituível; tem como função o financiamento da acumulação de capital por meio de investimento e subsídios que contribuam para o processo de valorização capitalista e o financiamento da reprodução da força de trabalho, através de investimentos em políticas de saúde, lazer, educação e outras políticas de proteção social para a população (OLIVEIRA, 1998). Nesse sentido, para Oliveira (1998), o fundo

público procura explicar a construção de uma nova sustentação da produção e reprodução do capital, constituído simultaneamente de valor e antivalor, e que juntamente com o capital sustenta o processo de valorização. Este processo de produção se dá através da luta de classe e o deslocamento da esfera das relações privadas para a das relações públicas. Logo, o fundo público só existe e se fundamenta como consequência desses dois processos.

Deste modo, Oliveira (1998, p.19-20) parte da concepção de que “o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais”. Nesse diapasão, para Behring (2010) o fundo público é constituído pelo trabalho necessário (salários) e o trabalho excedente (lucros), sendo uma massa de recursos orçamentário que se apropriou, através de impostos, taxas e tributos, dos salários e lucros. Assim, em contexto de crise o fundo público participa ativamente do processo de circulação do capital e na extração da mais valia, sendo uma chave essencial para a regulação do capital, por isso, sem o fundo público não existiria a lógica capitalista. Nesse sentido, A crise do capitalismo brasileiro possui caráter estrutural, pois os instrumentos econômicos e políticos não foram suficientes para geri-las, evidenciando os problemas da acumulação, da cena política e a relação entre o bloco no poder e o Estado. Entretanto, com o aumento do conflito entre capital e trabalho, a crise internacional e os efeitos da lava jato juntamente com a mídia (por meio de vazamentos) culminou-se na desestruturação da acumulação de capital existente no Brasil. A crise da acumulação capitalista no Brasil acentuou-se em 2015, desdobrando-se no conflito entre capital e trabalho e, por isso, diante da dificuldade do governo Dilma em administrá-lo, gerou uma desconfiança do bloco do poder em relação a sua forma de governar. Por consequência, como forma de salvaguardar suas margens de lucro, as frações do bloco de poder passaram a defender a (contra)reforma da previdência e a redução dos custos da força de trabalho através da (contra)reforma trabalhista. Com a reforma da previdência, o bloco no poder e suas frações visavam realizar um ajuste fiscal em parte da remuneração do trabalhador e cortes em alguns gastos do Estado. Por esse prisma, em conluio com a classe política brasileira entraram em um acordo, no qual no final de 2015 foi proposto a *Agenda Brasil* que se estendeu no documento *Uma Ponte Para o Futuro*, no qual pretendia desbloquear a acumulação e a elevação das taxas de lucros através do ajuste fiscal que beneficiasse os empresários (PINTO, 2016). Esse processo foi aprofundado a partir da aprovação da Emenda Constitucional n. 95/2016, após a destituição do governo Dilma, que visava um novo regime fiscal com um limite de gastos para o governo federal pelos próximos 20 anos. Fruto da chamada “Pec do fim do mundo”, a Proposta de Emenda à Constituição 241 (Câmara dos Deputados), e 55 (no Senado Federal), ela limita os gastos do governo conforme a previsão orçamentária do ano anterior, porém corrigida pela inflação. Ou seja, para os gastos com saúde e educação, por exemplo, serão possíveis aumentos apenas nominais, não permitindo que as despesas reais do governo aumentem acima da inflação, mesmo que haja taxas de crescimento econômico, ou mesmo demográfico, pelos próximos 20 anos. Dito de outro modo, o fundo público ganha centralidade no contexto de crise do capital uma vez que, no que tange à disputa pelo destino da massa de recursos captados pelo Estado, a prioridade tornou-se o ajuste fiscal exigido pelo mercado, em detrimento do atendimento das necessidades sociais das classes subalternas, através do investimentos em políticas sociais. Vale ressaltar, ainda, que a espoliação do fundo público ocorre centralmente através do mecanismo da dívida pública que, conforme o gráfico abaixo, consumiu cerca de 40,66% do Orçamento federal executado em 2018.

Gráfico 1: Orçamento Federal Executado em 2018



Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Disponível em:

<https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/o-rombo-das-contas-publicas-esta-no-sistema-da-divida-e-nao-na-previdencia-social/> acesso 22/09/2019

Considerações finais

O Estado participa ativamente do processo de repartição da mais-valia através da taxa de juros, da renda de terra e do retorno de parcelas do fundo público na forma de juros, conforme o tempo de rotação do capital, ditado predominantemente pelo capital financeiro. No caso brasileiro, pode-se observar uma acentuação do conflito distributivo no qual as lutas de classes intensificaram-se sobre o destino do fundo público. Nesse processo, parte da sociedade brasileira que depende dos serviços públicos para atendimento das suas necessidades, como saúde e educação, passaram a sofrer um processo de expropriação dos seus direitos através da espoliação dos recursos do fundo público destinado ao financiamento das políticas sociais. Nesse diapasão que em 2019 enquanto previu-se um bloqueio no orçamento que fez com que as verbas para custeio e investimentos caísse para 90 bilhões de reais, ficando inferior ao patamar de 2008 (113,9 bilhões), afetando diretamente as políticas sociais, os gastos com juros e amortizações da dívida pública brasileira para 2019 consumiria 44% de todo orçamento federal, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019, nesse mesmo compasso bloqueou o orçamento para a educação em 5,83 bilhões de reais, afetando o funcionamento das Universidades públicas, ao mesmo tempo em que acentuou o discurso da sua mercantilização, e ainda 0,599 bilhões da saúde, precarizando ainda mais os serviços do Sistema Único de Saúde – SUS (FARAGE, 2019). Por conseguinte, o remédio para crise econômico-social tomado pelo Brasil evidenciou um projeto de sucção dos recursos do fundo público em nome das exigências neoliberais dos diversos capitais, mas sobretudo, do capital financeiro, evidenciando como, conforme afirmou Behring (2010), em período de crise o fundo público possui lugar estrutural para a reprodução do capital.

Agradecimentos

Agradecemos à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, pelo apoio logístico e pela oportunidade de realização da Iniciação Científica Voluntária orientada pelo professor Wesley Helker Felício Silva.

Referências

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **O rombo das contas públicas (folheto)**. Disponível em :

<https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/o-rombo-das-contas-publicas-esta-no-sistema-da-divida-e-nao-na-previdencia-social/> acesso 22/09/2019

BEHRING, E. Crise do Capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, L.[et al.]; **Capitalismo em crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

FARAGE, Eblin. **Capitalismo contemporâneo e os projetos de educação no Brasil**. Oficina Regional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS/Leste, 2019 (Palestra)

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

PINTO ET ALL. **Governo Dilma, PT, esquerda e impeachment: Três interpretações da conjuntura econômica e política**. Ed. Universitária da UFRJ. 2015.